



REQUERIMENTO Nº. 15/2017



Requerente: Ver. Waldomiro Cordeiro Soares

REQUERO, a Mesa, ouvido o Soberano Plenário, que seja enviado um veemente apelo ao **Dr. Alan Pierry Chaves Rocha, Promotor Público de nossa cidade**, no sentido de que o órgão ministerial **instaure um procedimento administrativo com o fito de apurar a responsabilidade da CELPA em relação a esta verdadeira indústria de multas aplicadas em nossa cidade.**

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento público que os funcionários da CELPA não tem critério técnico para autuar incautos consumidores sob as alegações mais diversas, principalmente desvio de energia.

Apenas para exemplificar:

Se um cidadão deixar a casa fechada e passar três meses fora, logico que o consumo de energia cairá. No entanto ao retornar e voltar o consumo normal lhe será aplicada uma multa sob a alegação de que por três meses houve desvio de energia devido o consumo estar baixo. Ora, isto parece até brincadeira.

Por outro lado, e isso é o mais grave. O funcionário da CELPA chega na casa, alega que o medidor esta avariado e aplica uma multa. Ora o consumidor não tem conhecimento se realmente o aparelho está avariado ou se esta havendo malandragem do funcionário da concessionária.

Minha preocupação no momento, senhor Presidente, senhores vereadores é que nos estamos sentados em um barril de pólvora prestes a explodir, pois a população não esta mais aguentando tanta exploração da CELPA e qualquer momento pode isto gerar uma onda de violência sem precedentes na cidade, pois os consumidores estão a mercê da vontade da concessionária.

E o pior as multas aplicadas são sempre em valores astronômicos superiores a capacidade de pagamento de 90% dos consumidores. Onde vamos chegar?

Somente o Ministério Público poderá através de um Inquérito Administrativo, esclarecer o que nesta caixa preta da CELPA porque ninguém consegue ser atendido decentemente no escritório da empresa.

É bom até que seja averiguado se os funcionários estão recebendo bônus pelas multas que aplicam, só assim se explica a aplicação destas multas sem critério algum. E, que as multas impostas sem a devida comprovação de fraude, sejam interpeladas pela justiça.

Assim, solicito a sensibilidade dos senhores na aprovação deste Requerimento.

Plenário Vereador Adão Lote Resplandes, em 16 de Outubro de 2017.

Waldomiro Cordeiro Soares
VER. MIRIM